

Entre senzalas e silêncios, memórias e patrimônios

Luciana Chianca

DOI: 10.48006/978-65-87289-38-2

Apesar da antiguidade histórica e relativa importância no cenário cultural nacional,¹ a cidade de João Pessoa (PB) ainda não construiu uma política consistente de identificação, reconhecimento e proteção de seus bens e suas referências patrimoniais, sobretudo imateriais. E não se trata de um caso isolado no Brasil. Por essa razão, buscamos mitigar essa realidade através de oficinas na área de educação patrimonial – um Projeto de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/MEC) realizado entre 2012 e 2019 – para estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).² Vale destacar, no período, o ano de 2015, em que nos aproximamos de jovens edu-

1 João Pessoa é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil (Resgate, 2007).

2 Estudantes do curso de Ciências Sociais, majoritariamente.

candos de uma ONG/Centro Cultural, o Piollin, situado no bairro do Roger, em João Pessoa.

Ao longo de cinco anos, muitas foram as descobertas da comunidade envolvida, inicialmente surpresa e reticente por nosso interesse em suas expressões culturais, artísticas e religiosas: o que estávamos procurando ali, já que “nada havia” para encontrar? O tema da “falta” e da “ausência” patrimonial revelou-se de grande valor pedagógico e possibilitou oficinas surpreendentes aos sentidos de todos. Enquanto o “público” da educação patrimonial se dirigia e nos conduzia para as diversas referências culturais relevantes de sua identidade (pessoas, edificações, espaços de culto religioso, monumentos, espaços públicos, alimentos e instituições do seu território), foi sendo coletivamente elaborada uma nova percepção patrimonial daquela localidade, permitindo o afloramento de uma consciência positiva da identidade e da autoridade cultural do seu território.

Com o encerramento das oficinas, que incluíram o inventário participativo de 18 referências culturais majoritariamente afro-indígenas no bairro do Roger, algumas questões continuaram provocando nossa reflexão, notadamente no que se refere ao silenciamento do patrimônio cultural. Como compreender que a afrodescendência seja ignorada enquanto tema de debate naquela ONG/Centro Cultural instalada num

antigo engenho de farinha e cana-de-açúcar, onde educandos pobres, negros e pardos desenvolvem suas habilidades teatrais e circenses? O que significam a destruição das suas senzalas e a posterior reconversão desse espaço em salas de aula, depósitos, cozinha, biblioteca e refeitório? O que dizer de seu banguê reformado como sala de espetáculos? E da casa grande transformada em salão de reuniões, celebrações e festas? Este artigo busca seguir o fio dessas transformações, combinando a negociação dos sentidos e as narrativas subterrâneas (Pollak, 1989) ao desapossamento dos atores (Ricoeur, 2007). Esse enredado e complexo cenário envolvendo arqueologia, historiografia, antropologia e arte-educação nos confronta com uma aniquilação simbólica (Small, 2012) do passado escravocrata daquele lugar e comunidade? Podemos considerar que aquelas oficinas de educação patrimonial afloraram zonas de sombras e silêncio (Pollak, 1989) da memória do Roger?

PAUL: CASA GRANDE E SENZALA NA CIDADE

O bairro do Roger nasceu de uma divisão do bairro Tambiá, numa encosta às margens do principal rio da cidade, o Sanhauá. Tinha abundância de água, terra fértil, minas de calcário e importantes propriedades agrícolas,

entre as quais o Sítio Zumbi, que alcançava as imediações do principal porto da cidade.³

No bairro Tambiá também havia engenhos de cana-de-açúcar, destacando o Sítio Maria Burinhosa, vasta área de plantio de cana (Nascimento, 2010) vendida em 1847 “ao inglês Richard Roger, abrasileirado por Ricardo Roger que veio nomear o então sítio de Rogeres e que anos depois se tornaria bairro” (Pessoa, 2012, p. 28). A área adquirida compreendia 5,8 km², englobando os atuais bairros Roger e parte do Mandacaru, Tambiá e Centro.⁴

Já nomeado Roger em 1909, o bairro foi separado do Tambiá pela construção da Rua D. Adauto (depois Rua Dom Vital), nas proximidades do

3 O Sítio Zumbi pertencia a Amaro Coutinho, um paraibano atuante na Revolução Pernambucana (1817), a qual defendia a separação entre Brasil e Portugal e o estabelecimento de uma República decretada por meio de uma Constituição provisória “dentro dos moldes republicanos da época, com garantias ao direito de propriedade, à liberdade de expressão e culto, e reconhecendo o povo como legitimadora do governo” (Caldeira et al., 1997, p. 136). Foi violenta e rapidamente dominada.

4 Conforme Bispo (2015, p. 32-33), em 1891, D. Francisca Romana Roggers (viúva de Ricardo Roggers) vendeu a propriedade para Francisco de Paula Mayrink, do Rio de Janeiro. Seu objetivo era construir ali uma fábrica de louças, o que não aconteceu, e a área ficou abandonada. “No ano de 1896, esta propriedade foi doada à Arquidiocese Paraibana”.

Parque Arruda Câmara (ou Parque da Bica).⁵ Renomada referência natural da cidade, o parque tem área de 26, 8 hectares, compreendendo uma fonte (bica) de água potável (da qual vem seu nome popular: Bica) e um parque zoobotânico de “flora diversificada com árvores seculares, plantas ornamentais e medicinais, e função de zoológico”.⁶

Tombado em 1941 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e em 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), o Parque da Bica também abriga o antigo Engenho Paul (lê-se “paú”), construído em 1856, onde os “os escravos produziam cana-de-açúcar, matéria-prima da produção do açúcar e da aguardente” na “tradicional função de cativos” (Rocha, 2007, p. 99).

5 Em 1922, com a fundação do Parque Arruda Câmara (Parque da Bica ou Bica), a Fazenda Simão Lopes reuniu os sítios Paul e Quebracu (ou Quebra Cu). Segundo Pessoa (2012, p. 28), no “terreno desses Sítios ora mencionados, encontramos atualmente o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, a CPTRAN, a Penitenciária Modelo do Roger, suas pedreiras, o campo do Onze e a comunidade Mutirão (Conjunto João Navarro Filho)”.

6 Ver: PARQUE zoobotânico Arruda Câmara. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/parque-zoobotanico-arruda-camara>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Eminente elemento do patrimônio cultural local, o antigo Engenho Paul⁷ é um vestígio dos engenhos da Parahyba do século XIX,⁸ composto de casa grande (residência dos senhores), um banguê (espaço de transformação da cana-de-açúcar⁹) e laivos de uma senzala (área destinada às pessoas escravizadas) demolida no início do século XX, como o arqueólogo Antônio Carlos de Lima Canto¹⁰

7 O Engenho Paul foi registrado em arquivo público no dia 21 de maio de 1856 por Joaquim Moreira Mello, proprietário do Engenho Paul e do Sítio Quebracu. Para Canto (2006b), o topônimo provavelmente se origina do latim *padule*, que quer dizer “palude, terra encharcada”, indicando a “declividade acentuada do espaço de implantação do Engenho Paul, em que a Casa Grande encontra-se numa posição mais elevada em relação aos demais compartimentos da propriedade, [onde] certamente, nas épocas de chuvas intensas deveria formar uma planície alagada” (Canto, 2006b).

8 Segundo Lima (2010, p. 103), em 1851, apenas na cidade da Parahyba (atual João Pessoa), “o então presidente da Província declarava a existência, na freguesia da Capital, de 10 engenhos: Paul, Mandacaru (2), Graça, Água Fria, Cuiá, Velho, Mussuré, Gramame e Cumbe. A maioria desses engenhos, como o Água Fria e o Cuiá, por exemplo, foram transformados em bairros residenciais da Capital, no Século XX”.

9 “[...] o prédio da Banguê se destinava às atividades de moagem da cana, produção do melaço e purificação do caldo já cozido” (Caju *et al.*, 2005, p. 12).

10 Entre 2002 e 2003, Antônio Canto foi responsável pela pesquisa arqueológica, financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) em parceria com a Oficina-Escola de João Pessoa, também foi quando ele realizou atividades de formação e educação patrimonial com jovens das regiões próximas à intervenção, incluindo alunos da então Escola Piollin (Canto, 2006a).

ratificou por meio de entrevistas e “a partir de prospecções arqueológicas entre os anos de 2002 e 2003, [onde] confirmou-se a presença (vestígios) de uma Senzala (que foi derrubada na primeira metade do século XX), neste conjunto arquitetônico do século XIX” (Canto, 2006b).

Dessa senzala da qual o arqueólogo depreendeu vestígios, subsiste a imprecisão sobre a sua data de demolição, pois, ainda conforme ele,

até o ano de 1922, a propriedade rural ‘Paul’, da qual fazia parte também o sítio ‘Quebra-cu’, era composta de uma Casa de vivenda (Casa Grande), engenho com moenda, casa de fazer farinha com todos os seus utensílios, pedreiras, caieiras, estábulo, cercado de gado, águas (rios/córregos), servidões (escravos)¹¹ e grandes terrenos para agricultura, contendo ainda casas de moradores, rendeiros e foreiros (Canto, 2006b).

Em 1941, quando ocorreu o registro da transferência do sítio Paul (fazenda Simões Lopes) da União para o Estado da Paraíba¹² a *servidão* também foi citada, porém sem a referência às pessoas escravizadas. No Paul constavam:

11 A referência a “servidões (escravos)” indica a área do engenho destinada ao confinamento (*servidão*) das pessoas então escravizadas.

12 Através do Decreto-Lei no 3.723/1941, para a instalação do Instituto Agrícola Profissional naquela área (Brasil, 1941).

casa de alvenaria de tijolo coberta de telhas (Casa Grande), um vasto galpão para depósito de máquinas, um estábulo, cercado para gado, uma estrumeira, uma pequena estufa para secagem de fumo, águas, servidões, pedreiras, caieiras, cerca de 300 coqueiros, 02 pequenos pomares de laranjeiras e mangueiras, e grandes áreas de terrenos para agricultura (Brasil, 1941).

Caberia um exercício de pesquisa posterior para confirmar ou não essa hipótese, porém podemos inferir que as senzalas foram destruídas nos anos 1940, enquanto se preservou o banguê e a casa grande do Paul.

ARQUEOLOGIA, REVELAÇÃO E OCULTAMENTO
NO ENGENHO PAUL

Corroborando a presença de pessoas escravizadas naquele território, o Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos (Brasil, 2004)¹³ apresenta a prospecção arqueológica empreendida por Canto naquele sítio, documentando que nele foram encontradas “evidências materiais que comprovam as atividades cotidianas do sítio Paul, ao longo do século XIX” (p. 1),

13 Cadastrado no Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC), integrando o Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, sob a ficha CNSA PB 00104, como Antigo Engenho Paul (Brasil, [2004]).

como garrafas em grés e vidro, cerâmicas coloniais, forma de pão de açúcar, botões, moedas, tinteiros, ossos, vidros e materiais construtivos.

A pesquisa também trouxe à tona diversos objetos de tortura das pessoas escravizadas que viveram no Paul:

Prospecções arqueológicas indicaram restos de alicerce deste momento de ocupação e objetos de tortura relacionados aos escravos do engenho como gargalheira, tornozeleira, palmatória, bolas de ferro (com peso de 2 kg) associadas às correntes que prendiam os pés dos escravos e algumas enxadas que, provavelmente, foram utilizadas nos canaviais do engenho (Caju *et al.*, 2005, p. 28).

As imagens desses objetos de nítida função opressora e repressora da população escravizada do Engenho Paul são acessíveis através de uma publicação (Caju *et al.*, 2005) pouquíssimo divulgada à qual tivemos acesso.¹⁴ Ao longo de 47 páginas, apresenta 52 fotografias repartidas entre antes e depois da pesquisa/restauração. Contíguas às imagens de alguns tijolos e tijoleiras encontrados nas escavações, estão quatro fotografias desses objetos de tortura, reunidas numa única página (página 30).

14 Agradeço a Ronaldo (Buda) Lira pela generosidade do presente de valor inestimável.

Os que puderam conferir a publicação descubrem que à época, houve outras oportunidades de conhecer uma parte do acervo total de 8.500 artefatos arqueológicos.¹⁵ Uma delas foi uma exposição aberta ao público e realizada no próprio banguê do engenho após a recuperação daquele espaço.¹⁶ Hoje desativada, essa exposição foi composta de “06 vitrines e 06 painéis explicativos, com informações que representam a junção das influências europeias (inglesa) e africanas nos hábitos sociais de um engenho paraibano do século XIX” (Canto, 2006a).

Segundo Canto (2006a), nas primeiras vitrines havia “algumas peças que resgatam os hábitos e costumes sociais dos ocupantes do Engenho Paul durante o

15 Segundo Canto (2006b), “As referidas informações arqueológicas já puderam ser constatadas por representantes de oficinas-escolas de 14 países durante o V Encontro de Diretores de Escuelas Taller en Iberoamérica e também pelo público pessoense em 02 exposições itinerantes realizadas durante a IV Mostra Científica do Espaço Cultural de João Pessoa (novembro de 2003) e, também, em um Shopping de grande circulação da mencionada cidade (maio de 2004). Com a conclusão dos trabalhos de restauração, pela Oficina-Escola de João Pessoa, além da implantação de uma Exposição Permanente de Arqueologia no próprio banguê, foi lançado um Catálogo ilustrativo incluindo todas as etapas da Restauração e das pesquisas arqueológicas no Banguê do Antigo Engenho”.

16 Exposição Antigo Engenho Paul: Arqueologia Conta 150 Anos da Sua História (Canto, 2006a).

século XIX. Faianças inglesas (pratos, pires, xícaras, tigelas), objetos pessoais e de higiene”, envases como “garrafas de vinho, taça de licor, frascos de remédios (elixires, vidros de rícino) e gargalos” e ainda “garrafas e tinteiros em grés [...] para guardar cerveja, genebra e água mineral com gás, enquanto os tinteiros comportavam a tinta nanquim” (Canto, 2006a).

Depois, estavam expostas “cerâmicas do tipo neobrasileira (com influências indígenas/africanas e com funcionalidade tanto doméstica quanto produtiva)” e também alguns “resquícios da tradição alimentar dos ocupantes do Engenho Paul (mocotós de boi, costelas, vértebras de peixe, conchas e crustáceos)” (Canto, 2006a).

Finalmente, a última vitrine (no 6) apresentava “as evidências do sistema construtivo do Engenho Paul e os objetos de tortura relacionados aos seus escravos”. (Canto, 2006a). Tijolos, fragmentos de telha e de pedra calcária dividiam espaço com “objetos pertencentes ao suplício dos escravos, (como) 02 bolas de ferro que prendiam os seus pés (com pesos individuais de 2,5 Kg), fragmentos de uma gargalheira e outros materiais em ferro. Algumas enxadas utilizadas por esses escravos, nos canaviais do Engenho, complementam esse módulo” (Canto, 2006a).

Sem ambiguidades, podemos identificar nessa construção museal a crítica sobre a posição da memória da

escravidão no Brasil que Lima Filho (2012) elabora sobre Ouro Preto (MG), onde, de modo geral,

o passado escravo é apresentado nos andares de baixo dos museus, que por contraste apontam para o relevo positivo dos prédios coloniais, do ouro e da prata das peças sacras, da move-
laria aristocrática e dos modos de viver das elites, das moedas,
das peças de arte barroca e dos túmulos dos inconfidentes (Lima
Filho, 2012, p. 122).

O autor também destaca a natureza dos objetos referentes às pessoas escravizadas, reforçando a nar-
rativa de dor e sofrimento que provocam a piedade e a evitação do espectador. Enfatizando a crueldade do modelo escravista, o relato museal desconecta o pas-
sado dos processos contemporâneos de exclusão (e resistência) que envolvem seus descendentes mais ou menos diretos:

Quando o passado escravo é mostrado, as museografias empregadas, em geral, são pensadas de modo a expor peças isoladas a respeito da tortura, que não levam o observador a mergulhar nesse tempo de horror da humanidade e do Brasil e não fazem alguma menção ou ponte conceitual com o pro-
cesso de exclusão da população afro-brasileira nos dias atuais (Lima Filho, 2012, p. 121-122).

Partindo da sugestão conectiva do passado histórico do Engenho Paul (exposto em suas evidências materiais e arqueológicas) com a exclusão social contemporânea da população afro-brasileira à qual Lima Filho (2012) se refere, realizaremos uma breve incursão pelo bairro que abraça o antigo Engenho Paul, sede e cenário contemporâneo do Centro Cultural Piollin.

Sobre o local, podemos adiantar que se trata de uma relevante referência cultural da cidade de João Pessoa: por suas atividades ligadas à arte, sua implantação nesse bem de reconhecido valor histórico (o antigo Engenho Paul) compondo o Parque da Bica (o que lhe confere uma qualidade natural de muita arborização) e pela expressividade social e cultural dos bairros que lhe são adjacentes, especialmente Tambiá e Roger, que já “nasceu” reconhecido por suas festas, sociabilidades e religiosidade populares.

NA FONTE DO BAIRRO ROGER, UM TAMIÁ NEGRO

Até o início do século XX,¹⁷ o bairro Roger foi parte do bairro de Tambiá. Por isso, buscamos informações

17 Até 1852 a cidade se limitava “na direção do poente, às duas ruas do bairro Tambiá” quando “o então Presidente da Província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, assina o decreto que delimitava a área urbana da cidade” (Lima, 2010, p. 102).

sobre sua constituição e ocupação com base na historiografia contemporânea. Rocha (2007) nos informa que, na Paraíba oitocentista, o Tambiá era:

o maior bairro da capital, [onde] havia também propriedades rurais de religiosos, como a dos frades beneditinos. O sítio chamava-se ‘Tambiá Grande’, sua formação se iniciara em 1602 e se mantivera sob a posse da ordem de São Bento durante séculos. No Oitocentos, os beneditinos continuavam como donos e administradores da mesma unidade produtiva (Rocha, 2007, p. 99).

Simultaneamente rural e urbano, o Tambiá do século XIX comportava uma população negra considerável, entre seus cerca de mil habitantes (Rocha, 2007), compondo o que Lima (2010) identifica como “espaços negros” na cidade, um conjunto de locais periféricos,

onde se concentrava a população negra livre, e onde os fugitivos construíram redes de sociabilidades que lhes permitiam passar por livres ou, até mesmo, serem reconhecidos como escravos, mas eram deixados em paz, até que alguém, desejoso de recompensa, capturavam-nos ou os denunciavam nos jornais, exigindo a captura (Lima, 2010, p. 251).

Numa abordagem da Paraíba escravista do século XIX, Lima (2010) identifica o Tambiá como um desses territórios

onde a população negra livre e fugitiva da escravização se instalava para viver, trabalhar e festejar e, assim,

construir a liberdade possível dentro da cidade, em moradias afastadas do centro e que possibilitavam passarem por libertos e tecerem suas redes de sociabilidade e cumplicidade, integrando-se de forma produtiva ao sistema, mostrando que poderiam ‘viver sobre si’, e não somente sob o domínio de um senhor. Eles fugiam basicamente para as áreas periféricas da cidade [...] o Bairro de Tambiá, principalmente, em Cruz do Peixe (Lima, 2010, p. 151).¹⁸

Em sua tese que objetiva “desvelar novas imagens de mulheres e homens escravizados que recusaram a subordinação e construíram diferentes estratégias de luta para conquista da liberdade e/ou para refazer laços familiares”, Rocha (2007, p. 95) corrobora a presença de uma população negra festeira e muito religiosa no Tambiá do século XIX.

18 Cruz do Peixe era o limite de Tambiá e ocupava parcialmente a área onde hoje se encontra o Hospital Santa Isabel, “ficava na encruzilhada das estradas para Mandacaru e Tambaú [...] o nome ‘cruz’ se originou dessa encruzilhada, e ‘peixe’, porque, nessa área, passavam os condutores de peixes que, por sua vez, pousavam nesse local sua carga de peixe com destino às ruas centrais da cidade” (Lima, 2010, p. 108).

Entre sambas, batuques,¹⁹ entrudos, carnavais, cabocolinhos e cavalhadas (com o jogo das argolinhas), Lima (2010) elaborou um mapa da festa negra na “cidade da Parahyba” do século XIX, destacando que maracatus, congos, cambindas e capoeiras eram frequentes nos locais conhecidos como Cruz do Peixe, Mãe dos Homens e rua do Grude, todos logradouros do Tambiá, renomeados depois e compondo o atual bairro do Roger.

Assim também atesta a produção memorialista de Coriolano de Medeiros (1875- 1974) – fundador da Academia Paraibana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano –, que “deixou registradas várias informações acerca da população negra que viveu na capital da Paraíba em fins do século XIX” (Lima, 2010, p. 60), especialmente no Tambiá de sua infância.²⁰ Seus registros narram festas de carnaval, procissões, cortejos

19 Para Lima (2010, p. 315), na Paraíba dos oitocentos “percebemos que a festa serviu como forma de definição de identidade: a festa era negra, porém o batuque era preto, ainda com forte presença africana, e o samba era crioulo, pardo, mestiço, brasileiro”.

20 Nascimento (2010, p. 61) destaca o recorte social da perspectiva de Coriolano de Medeiros, morador de Tambiá, porém identificado às elites locais de sua época, revelando descrições “aparentemente neutras” que “permitem enxergar o olhar das elites em relação aos espaços vivenciados pelos setores subalternos da cidade”.

religiosos e queima do Judas: “à noite, o Tambiá vibrava de satisfação: jogos de salão, recitativos, modinhas ao violão, danças, cocos, um rumor de festa que apesar de forte, não abafava as vibrações poderosas do formidável maracatu dos escravos de Dona Eugênia” (Rocha, 2007, p. 95).

Além da referência de Coriolano Medeiros aos maracatus do sítio de Dona Eugênia (próximo ao atual Parque da Bica), outro memorialista (de período imediatamente posterior) relata a presença de maracatus defronte à igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens. Na década de 1930, Ademar Vidal (1897-1896) informou que na Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens um maracatu “se fazia representar todos os anos com uma pompa que os antigos não conseguiam esquecer” (Rocha, 2007, p. 94-95).

Estabelecida na atual Avenida Monsenhor Walfredo Leal, no 41 (hoje Tambiá), a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens dos Pardos Cativos (fundada em 1767 e, em 1874, renomeada Igreja de Pardos Livres e Libertos) também testemunhou brigas entre capoeiristas durante a exibição da banda musical na procissão religiosa da Mãe dos Homens: “possivelmente, os grupos de capoeira que andavam à frente das bandas de música contratadas por essas entidades para festejarem seus patronos” (Lima, 2010, p. 110).

Lima (2010) também revela como a Rua do Grude²¹ (Tambiá) foi uma referência da “festa negra” citada por Coriolano de Medeiros em suas memórias, como endereço onde a dança e canto do coco eram constantes. Para ele, “o coco naquela artéria era espécie de moto-contínuo, ou mercadoria de real necessidade [...] Quando homens e mulheres cansavam, os meninos prosseguiram” (Lima, 2010, p. 113). Só não tomavam parte as “várias africanas velhas e libertas que por ali moravam e ocupavam-se, durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade” (Rocha, 2007, p. 95).

Os sambas também estão presentes na pesquisa de Lima (2010), num relato menos amistoso, quando o jornal *Diário da Parahyba*, em 1884, dá notícia e pede providências contra os sambas do Tambiá que ocorrem “constantemente, no lugar Cruz do Peixe, onde é grande a algazarra, e já tem havido pancadaria velha” (Lima, 2010, p. 107).

Muitas vezes reprimidos e proibidos, os sambas e os batuques eram as expressões festivas mais associadas aos negros. Inicialmente restritos aos espaços de engenhos

21 Nascimento (2010, p. 69) identifica essa rua no traçado urbano de hoje “dividida nas avenidas Odon Bezerra e Walfredo Leal”, enquanto Pessoa (2012, p. 30) a identifica na “atual rua Olavo Bilac [que] era chamada ‘do grude’, por representar a sujeira moral do bairro, encontrando-se [nela] algumas casas de repouso, ‘cabarés’”.

e senzalas, no século XIX eles se espalharam pela cidade, enquanto as autoridades autorizavam algumas festas desde que não prejudicassem a ordem pública.

Como parte visível da tensão e dos conflitos constantes envolvendo a população escravizada, livre ou liberta das “festas negras” da cidade da Parahyba no século XIX, essas celebrações devem ser consideradas

Espaço[s] de resistência, de liberdade e de identidade [...] onde escravizados, mulheres e homens livres negro(a)s constroem sua sociabilidade, e as irmandades, em particular, permitem o acesso à experiência de liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de formas de autogestão, dentro do universo escravista (Lima, 2010, p. 42).

ROGER CONTEMPORÂNEO: COTIDIANO E FESTAS

Seguindo a configuração convencional da cidade “durante todo o período oitocentista, ou mesmo antes, a capital era dividida em duas partes: a Cidade Baixa, [...] e a Alta” (Rocha, 2007, p. 105). O Roger segue dividido territorialmente em parte alta, mais próxima ao atual bairro Tambiá, e a “baixa”, mais próxima do Rio Sanhauá.

Partindo de “espaços de antigos sítios” (Bispo, 2015, p. 40), a ocupação do Roger se intensificou no início do

século XX, quando a Arquidiocese da Igreja Católica (que tinha a posse da área atual do bairro²²) iniciou a cessão do uso dos seus terrenos à população local para a construção de suas residências, em contrapartida do pagamento de um foro anual inicialmente cobrado apenas aos moradores da parte alta. Assim, a população mais pobre permaneceu ou “desceu” para a área baixa do bairro e ali se instalou.

No presente, os dados socioeconômicos do bairro não distinguem as partes alta e baixa, mas revelam uma população de vulnerabilidade social “muito alta” em sua totalidade, considerada “pela incidência da situação de precariedade dos membros da família e pelas condições familiares de enfrentamento dessas precariedades” (Spotsati *et al.*, 2010, p. 28). Duas das áreas mais expostas da cidade se encontram no Roger: a Comunidade do “S” e a Comunidade Asa Branca.

Nesse bairro, dois equipamentos de indiscutível carga simbólica negativa ainda reforçam as marcas da longa história de espoliação e exploração de sua população,

22 Segundo Rocha (2007, p. 180), “Na crônica sobre o mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat, de propriedade dos beneditinos residentes na Paraíba, existe a informação de que, em 1864, esses religiosos tinham vários ‘bens de raiz’, entre os quais o engenho Maraú e o sítio Tambiá; muitas ‘léguas de terras’ pela capital e interior da província, recebidas como doações de seus fiéis”.

reiterando a sua estigmatização: a Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, que atende todo o estado, mas é conhecida como “Presídio do Roger”; e a área onde funcionou, até o início dos anos 2000, uma descarga pública a céu aberto dos resíduos sólidos de toda a cidade, conhecida na época como “Lixão do Roger”.

Enfrentando suas históricas limitações com resiliência e resistência, os moradores do Roger resistem culturalmente, como também testemunharam, em 1938, a Missão Mário de Andrade e Gonçalves Fernandes (1938)²³ através dos impressionantes Caboclinhos Índios Tupi-Guarani que podemos visualizar no registro fílmico da mencionada missão.²⁴ Embora o pertencimento dos tupi-guarani seja questionado por Ademar Vidal²⁵ (*apud* Lima, 2010), subsiste sua memória junto aos moradores do Roger: entrevistando o Sr. Duda, nonagenário nos anos 2010, Bispo

23 Para caboclinhos (ou cabocolinhos) e tribos de índio carnavalescas de João Pessoa, ver Chianca e Marins (2018, p. 40-58).

24 Em 18 de maio de 1938, o grupo foi filmado e aparece dos 11min29s aos 12min23s do documentário da Missão Folclórica, editado pela Cinemateca de São Paulo em 1997 (Missão, 2012).

25 “Por volta de 1910, os grupos [de cabocolinhos] foram desaparecendo, mas, quando da presença de Mário de Andrade na Paraíba, Ademar Vidal conseguiu que os índios cabocolinhos da Ilha do Bispo dançassem para aquele folclorista. Para maiores esclarecimentos, consulte a obra de VIDAL, Ademar. Práticas e costumes afro-brasileiros [1950?]. (Texto inédito)” (Lima, 2010, p. 103).

(2015) ouviu seu relato sobre a antiga presença não apenas de escolas de samba, charangas (batucadas), barcas, La Ursas e clubes carnavalescos no Roger, mas também de caboclinhos (ou tribos indígenas carnavalescas), que ele chamou “índios de papo amarelo”.²⁶ Também há registros de festas natalinas e juninas nos anos 1940, com referência a quadri-lhas juninas e pastoris/lapinhas natalinas (Chianca; Oliveira; Souza, 2019a).²⁷

No presente, inúmeras são as expressões culturais do Roger que revelam sua vitalidade e forte expressividade, local em que, cotidianamente, pessoas e grupos organizados fomentam uma intensa produção cultural, artística e religiosa.²⁸ Pudemos verificar esse vigor quando realizei um inventário participativo com os educandos do Piollin entre 2015 e 2016 e, depois, entre 2017 e 2019.

26 Talvez em referência a uma tribo de índios carnavalesca de João Pessoa identificada por Roger Bastide em 1945, chamada Tribo de índios Papo Amarelo (Chianca; Marins, 2018).

27 Pessoa (2012) e Nascimento (2010) apresentam muitas informações sobre diversas práticas culturais do Roger no início dos anos 2000, com muita informação sobre festas, celebrações e lugares de culto afro-brasileiros.

28 Ver levantamento realizado pelo Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa (disponível em: <http://museudopatrimoniovivo.blogspot.com>; acesso em: 29 jul. 2024) e outras leituras do Roger como território de vivências culturais intensas (Bispo, 2015; Cabral, 2018; Chianca; Oliveira; Souza, 2019a; Nascimento, 2010; Pessoa, 2012).

Nesses cinco anos de pesquisa e observação direta, identificamos 18 referências culturais no bairro, entre escolas de samba, la ursos, quadrilhas juninas, remanescentes da corrida de argolinhas, um grupo de capoeira, terreiros religiosos de matriz africana, rezadeiras, igreja e capela católica e centro espírita. A aproximação dessas referências e seu processo de evidenciação na memória dos jovens do bairro do Roger será tematizada a seguir.

PIOLLIN, ENGENHO DE ARTES

Estabelecido a partir de 1980 no antigo Engenho Paul, no seio desse bairro de muitos embates e resistências, o Centro Cultural Piollin²⁹ tem uma trajetória de mais de 40 anos envolvendo arte-educação para crianças e jovens do entorno de suas instalações, formação de grupos teatrais amadores e profissionais³⁰ e grande protagonismo na consolidação e difusão das artes (cênicas, principalmente) na cidade de João Pessoa.

29 O nome Piollin foi escolhido por sugestão de Luis Carlos Vasconcelos (CRIAS, 2008), em homenagem a Abelardo Pinto, o Piollin (1897-1973), palhaço brasileiro em cuja data de nascimento se comemora o Dia Nacional do Circo no Brasil. Posteriormente, a figura do palhaço também foi acionada pelo Piollin através de atores que caminhavam pelas ruas do bairro fazendo palhaçadas e convidando crianças e jovens a integrarem as suas atividades (CRIAS, 2008; Teixeira, 2013).

30 Dos quais o teatral *O Val da Sarapalha* (1992) é o maior sucesso.

As instalações abrigam um amplo pátio, um galpão, um conjunto com salas administrativas, técnicas e de aula (nas antigas senzalas); um salão fechado (na antiga casa grande); e um teatro de arena (no antigo banguê). Esse conjunto acolhe artistas, companhias externas e o público que comparece para prestigiá-los, embora seus frequentadores regulares sejam artistas, grupos e companhias vinculadas ao Piollin e muitos jovens do bairro Roger, antigos ou atuais frequentadores de suas atividades em arte-educação.

Esse conjunto de atividades e equipamentos distinguem o Piollin no cenário artístico local, inclusive pelas características históricas e patrimoniais dos espaços que ele ocupou ao longo dos anos, inicialmente (no início dos anos 1970) o Teatro Santa Rosa, a mais tradicional casa de espetáculos da cidade; posteriormente uma ocupação das áreas do Convento Santo Antônio (conjunto colonial anexo à Igreja de São Francisco), em 1977; e finalmente a cessão do antigo Engenho Paul³¹ para suas atividades desde 1980 até a presente data.

Parte ativa no trabalho social do bairro onde atua, o Piollin busca reduzir a exposição de crianças e adoles-

31 O Decreto Homologatório no 25.689/2005, do governo do estado da Paraíba, tombou todo o complexo arquitetônico que hoje compreende o Centro Cultural Piollin, seguindo a solicitação do Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Conpec/lphaep) (Caju *et al.*, 2005).

centes à vulnerabilidade social circundante, propondo atividades de arte-educação complementares ao contraturno escolar em conjunto com as famílias e com o apoio de escolas e outras organizações locais.³² Suas identidades social e criativa conferem ao Piollin uma posição de referência, enquanto seus fundadores seguem atuando na cena artística local ou em produções nacionais, notadamente Buda (Ronaldo) Lira, Everaldo Pontes e Luís Carlos Vasconcelos.

A longeva e contínua projeção desses atores expandiu a rede de apoio ao centro cultural, mobilizando artistas nacionais (como a atriz Camila Pitanga) a estrelar campanhas de doação para o Piollin,³³ do qual o cantor parai-bano Chico César também é um conhecido apoiador.³⁴ Todas as mobilizações são, no entanto, insuficientes

32 Entre elas, CASA DO PEQUENO DAVI. João Pessoa. [2024]. *Site*. Disponível em: <https://www.pequenodavi.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

33 Ver: CENTRO Cultural de João Pessoa faz campanha por doações pela internet. G1, [João Pessoa], 20 out. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/10/centro-cultural-de-joao-pessoa-faz-campanha-por-doacoes-pela-internet.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

34 Ver: CHICO César lança DVD com show beneficente em João Pessoa. G1, João Pessoa, 26 abr. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/04/chico-cesar-lanca-dvd-com-show-beneficente-em-joao-pessoa.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

para transpor as inúmeras barreiras da atividade teatral, da educação popular e da arte-educação que o Piollin se propõe a realizar. Assim como o antigo Engenho Paul, que sofre as ações do tempo sem o cuidado que deveria receber, as atividades do Piollin se encontram ameaçadas ou em precariedade (Lira, 2022).

Com dificuldades e superações constantes (CRIAS, 2008; Teixeira, 2012), o Piollin é tenaz na manutenção de uma relação educadora e cidadã com a juventude das comunidades de seu entorno (notadamente os bairros Tambiá e Roger), estimulando “o potencial expressivo e comunicação de crianças, adolescentes e jovens prioritariamente de setores populares, visando [ao] seu desenvolvimento pessoal e sua integração social por meio da educação e de atividades artístico-culturais”³⁵.

Nas entrevistas realizadas para o inventário participativo realizadas em 2017, a importância e o reconhecimento dessa presença identificaram o Piollin como uma das instituições mais estáveis e confiáveis para parcerias no Roger, citado pelas quadrilhas juninas Lajeiro Seco e Paraíba, pelas escolas de samba Império do Samba e Unidos do Roger e pela capoeira Angola Palmares.

35 Ver: QUEM somos. João Pessoa: Centro Cultural Piollin, [2016]. Disponível em: <http://centroculturalpiollin.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Foi a missão do Patrimônio, Memória e Interatividade (Pamin),³⁶ como programa de educação patrimonial ligado à UFPB, que nos aproximou³⁷ do Piollin em 2015.³⁸ Nossos objetivos convergiam para a atuação com adolescentes e jovens dos bairros socioeconomicamente desfavorecidos da cidade de João Pessoa.³⁹ O Pamin propôs a realização de uma oficina e o Piollin nos acolheu com seus educandos, sua proposta pedagógica e seu espaço físico.⁴⁰

36 O Pamin surgiu como programa de extensão universitária financiado pelo Proext/MEC nos anos de 2012 a 2014, 2016 e 2017. Seguiu até 2019 financiado pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) na UFPB. Hoje é uma linha de pesquisa do Grupo de Pesquisa de Estudos Culturais (UFPB/CNPQ), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.

37 Utilizo o sujeito no plural porque fui coordenadora do PAMIN e participei da formulação e execução das Oficinas Pamin de 2012 a 2019.

38 No Roger, entre 2015 e 2019, o Pamin contou 26 bolsistas de diversos cursos de graduação da UFPB.

39 Entre 2012-2014, realizamos diferentes Oficinas de Educação Patrimonial, também em João Pessoa, no bairro de Mandacaru, junto com a Fé e Alegria, uma ONG católica internacional atuando no contraturno das escolas infantis daquele bairro com perfil socioeconômico semelhante ao Roger (Chianca *et al.*, 2014).

40 Cabe destacar a receptividade com que a proposta foi acolhida pela equipe pedagógica e gestora do Piollin, na época, os educadores Giovanna Lima, Josemberg (Berg) Pereira, Roberta Trindade, Ângela Fernandes e Nika Barros, além de Buda (Ronaldo) Lira, um dos fundadores do Piollin.

As Oficinas Pamin de Educação Patrimonial não seguiam um modelo, porém eram guiadas pelos pressupostos da Carta de Nova Olinda (Carta, 2009), que discute os desafios da política cultural brasileira contemporânea no que se refere à aproximação de diferentes perspectivas do patrimônio,

que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam, pois estão associadas a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário (Carta, 2009, p. 3).

Elaborando o conhecimento patrimonial sobre um processo pedagógico não formal junto às organizações parceiras e seus públicos, visamos superar a perspectiva consagrada de patrimônio deslocando a ênfase de “determinados objetos – como os monumentos –, [para uma] relação da sociedade com a cultura” (Fonseca, 2009, p. 69).

No quadro metodológico do Pamin, o patrimônio cultural é discutido junto aos parceiros como “construções sociais que definem o memorável por meio de seus objetos, termos e pela condição efetiva da memória – que compreende lembrar, mas também silenciar,

ou esquecer” (Chianca *et al.*, 2019b, p. 79). Desse modo, o patrimônio de cada território é “construído por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural” (Brasil, 2014, p. 21). A participação dos detentores no processo de identificação e reconhecimento dos bens culturais também estimula a memória e produz um profícuo diálogo intergeracional local.

De modo colaborativo e dialógico, ao longo de cinco anos, as Oficinas Pamin, no Roger, conheceram, registraram e inventariaram pessoas, lugares, modos de fazer, festas, expressões religiosas, saberes e linguagens, reunindo 27 educandos do Piollin voluntariamente inscritos.⁴¹ Nosso objetivo inicial era contrapor (junto aos próprios moradores) a imagem frequentemente estigmatizante do bairro Roger, através do reconhecimento da diversidade do seu patrimônio cultural e destacando

41 Vinte e sete alunos do Piollin se inscreveram na oficina: Alex Araújo, Alysson Correa, Arthur Carvalho, Dante Ferreira, Emily Gabriela, Emmily Thamires, Ezequiel Santos, Fabrício da Silva, Fabrício Lima, Geimisson Liberto, Gleidson Herculano, Ismael dos Santos, João Cícero, João Paulo, João Pedro, Jobson Liberto, José Allyf, Leandro Pereira, Lucas de Oliveira, Lucas Justino, Luiz Carlos, Luiz Fernando, Manoel Vítor, Paulo Vinícius, Raquenén Silva, Wagner Ferreira e Yan Silveira.

o potencial criativo daquele território e de seus moradores, especialmente em festas, celebrações, religiosidade e sociabilidades.

Também enfatizamos as suas qualidades naturais e histórias e aproveitamos a energia desses jovens com muitas caminhadas, inclusive visitando (com acompanhamento do Iphan-PB) monumentos consagrados do patrimônio local como edificações, museus e igrejas do Centro Histórico de João Pessoa. Vale destacar que, apesar de residirem nas proximidades desses símbolos da história da cidade, muitos deles não conheciam esses espaços.⁴² Todos os passeios e visitas eram documentados por gravadores de voz ou câmeras fotográficas/celulares num levantamento preliminar que levou os educandos a reconhecerem a Oficina Pamin no Piollin como Oficina do Bairro.

No semestre seguinte, sugerimos elaborar um mapa físico localizando as referências culturais do Roger identificadas durante as caminhadas exploratórias.⁴³ Neste mapa pintado em tecido foram afixados desenhos e fotografias dos educandos representando lugares, pessoas,

42 O Piollin dista pouco mais de 2 km do Centro Cultural São Francisco, por exemplo.

43 Esse mapa coletivo foi devolvido ao Centro Cultural logo após a oficina para ser afixado numa das paredes principais da sala de administração do Piollin e aparece no documentário *Oficina do Bairro: o Pamin na Piollin* (Oficina, 2015).

celebrações ou alimentos que eles consideravam relevantes como referência do bairro.⁴⁴ Além de nas demais produções da oficina ao longo do ano, esse mapa foi apresentado na exposição *Narradores do Roger*⁴⁵ e no documentário *Oficina do Bairro: o Pamin na Piollin* (Oficina, 2015).

Em 2016, renovamos nossa parceria com o Piollin com base na escolha de um repertório específico à escolha dos educandos, que elegeram os grupos de La Ursas, ou Ala Ursas de Carnaval, muito ativos no Roger. Nesses grupos, a personagem central é uma pessoa vestida e mascarada como um urso acompanhada de seguidores tocando instrumentos de percussão e dançando pelas ruas formando um bloco de carnaval.⁴⁶

Ao longo daquele ano, identificamos mais algumas referências culturais do Roger e encontramos os organizadores de dois Ursos de Carnaval – o Sem Lenço Sem Documento e o Urso Gavião – em suas residências/sedes.

44 Receberam visitas da Oficina Pamin o Sr. Zé Brito, diretor e fundador da escola de samba Catedráticos do Roger e a Sra. Severina do Dindin, rezadeira e comerciante de refrescantes e saborosos dindins (sacolés).

45 Inspirada no filme *Narradores de Javé* (2004), o qual foi reproduzido para os alunos. A exposição *Narradores do Roger* foi realizada em dezembro de 2015, quando foram apresentadas aos educandos e suas famílias algumas das produções realizadas durante a Oficina do Bairro.

46 À propósito das La Ursas, ver Macedo (2020).

Eles apresentaram as histórias de seus grupos e transmitiram seus saberes e fazeres em torno da confecção de máscaras, vestimentas, batucada musical, confecção do estandarte, composição de músicas e loas. Sr. Ramos, fundador e líder do grupo Sem Lenço, Sem Documento foi convidado à oficina e realizou aulas práticas de confecção de máscaras e indumentárias de La Ursas. Com o encerramento das atividades em dezembro daquele ano, os educandos desfilaram pelas ruas do bairro com o bloco que eles criaram ao longo do ano na oficina de mesmo nome: La Ursa Piollin (Pamin, 2016).

Diante da suspensão do Proext/MEC (financiador do programa de extensão) em 2017, concluímos a realização das oficinas no Piollin e sistematizamos os dados coletados no Roger ao longo de 2015 e 2016, enquanto retomamos o contato com as referências locais para realização de entrevistas, que foram todas revisadas por cada um dos entrevistados, na sequência. Esse rico conjunto compôs um acervo que foi organizado em 2018.

Em 2019, o inventário participativo⁴⁷ foi completado com uma pesquisa bibliográfica e publicado como

47 A metodologia dos inventários participativos foi apropriada pelas Oficinas Pamin para “mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação” (Brasil, 2016, p. 6-7).

livro (Chianca; Oliveira; Souza, 2019a), apresentando esse bairro negro, pobre e urbano como território de resistência, com entrevistas de 18 lideranças comunitárias do Roger: três escolas de samba, duas quadras juninas, dois La Ursas, uma corrida de argolinha, um grupo de capoeira, quatro terreiros, duas rezadeiras, um centro espírita e dois templos católicos.⁴⁸ De acordo com Batista (2019, p. 8-9), “Há vida plena, rica, criativa e construída cotidianamente no bairro que costuma ser encapsulado pelos meios de comunicação a partir de ausências, de carências materiais e dos excessos produzidos pela violência”.

Trata-se de trabalhadores, estudantes, donas de casa, homens, mulheres, jovens, adultos e idosos, que também são artistas, religiosos ou mobilizadores sociais e apresentam sua relação com o presente, o passado e o futuro do bairro e o seu esforço cotidiano por uma vida melhor e de maior reconhecimento público com suas trajetórias reconhecidas pelo conjunto da cidade.

48 Além dos próprios entrevistados, educandos, gestores do Piollin e bolsistas do Pamin, a publicação contou com o esforço de muitos colaboradores, tendo sido editada em coautoria com dois ex-alunos bolsistas do Pamin; Maysa C. de Souza e Alexandre Oliveira. Muitos de seus capítulos foram escritos com eles e, em outras vezes, as autorias foram restituídas aos aplicadores das entrevistas (Chianca; Oliveira; Souza, 2019a).

Como destacou Batista (2019, p. 8), “não se trata de pintar o Roger enquanto um paraíso na terra, pois a força da vida humana está em se fazer constantemente pelos aspectos contraditórios, nos quais a pobreza não produz (obrigatoriamente) uma ausência material”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SILENCIAMENTOS E LIBERDADE

Abordando criticamente essa experiência de educação patrimonial com o Centro Cultural Piollin, importa destacar que a concepção inicial do plano pedagógico do Pamin incluía os temas da produção de açúcar, rapadura e cachaça e das pessoas escravizadas nos engenhos do Nordeste, procurando estabelecer a conexão entre o espaço do Piollin, o antigo Engenho Paul e a constituição social do bairro Roger, onde ficam as residências dos alunos da oficina.

Partimos do pressuposto que uma perspectiva crítica da identidade territorial para seus habitantes teria força pedagógica, conduzindo-os à “compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação” (Brasil, 2014, p. 21).

Nessa perspectiva, as Oficinas Pamin apresentaram aos educandos alguns documentários curtos disponíveis no YouTube (tempo inferior a 15 minutos), sobre a his-

tória e o funcionamento dos engenhos de cana de açúcar, buscando problematizar a trajetória do antigo Paul, suas atividades, a força de trabalho escravizada e o cotidiano dos engenhos.

Contudo, tanto o tema como a metodologia não receberam atenção nem despertaram interesse dos educandos. Embora cotidianamente avistassem e convivessem com moendas, prensas e outros vestígios do engenho dispersos no espaço do antigo Paul, eles demonstravam grande motivação em romper as fronteiras daquele lugar para nos apresentar seu bairro e suas referências culturais.

Assim, realizamos caminhadas regulares pelo bairro do Roger e Tambiá, onde subsiste um conjunto monumental preservado com muitas igrejas, conventos e outras edificações do patrimônio consagrado e evocadores do passado escravocrata da cidade e daqueles bairros.

Entre eles, alguns casarões de famílias antigas e abastadas que continuam preservados, como um imóvel na Rua Batista Leite, no 256, que os educandos do Piollin nos mostraram e que, visto da rua, guarda muita semelhança com a casa grande do Paul. Construído como réplica para nova residência da família após a desocupação do Paul, a casa pertenceu e abrigou (pelo menos até 2005) D. Newlanda Maul, neta do Sr. Henrique Maul da Silva, proprietário do engenho entre 1890 e 1919 (Caju *et al.*, 2005).

Além do efeito estético e da alegria de caminhar pelas ruas de Tambiá e do Roger com a equipe do Pamin, a correlação entre as riquezas acumuladas e a exploração de pessoas escravizadas não recebeu menção explícita dos educandos, ficando mais forte a impressão de que, para eles, o Engenho Paul não é conscientemente associado à escravidão tampouco ao trabalho: ele é espaço do Piollin, um lugar de vida, arte, brincadeira, criação e liberdade.

Esse comportamento dos educandos poderia ser considerado como uma negação, um “querer-não-saber”, revelando uma “forma artilosa de esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 55)? A sequência da oficina nos revelou que, no Piollin, as formas tradicionais e convencionais do ensino (em sala de aula, vídeos e debates com educandos sentados em cadeiras de salas fechadas) e os temas escolares convencionais (como a história da produção açucareira no Nordeste) estão propositalmente muito distantes do seu cotidiano escolar, em que a liberdade criativa, preceito do projeto pedagógico do Piollin, produz uma escola “alternativa”, ideia corroborada por Everardo Vasconcelos:

a nossa característica sempre foi essa: é muito assim, muito da intuição, do improviso e da energia no momento, entendeu?

A gente sempre tinha uma coisa que nos regia, digamos assim... uma visão geral da coisa que era a liberdade do ator,

a liberdade do aluno é... poder se manifestar e dar coordenadas para essa manifestação (Vasconcelos *apud* Teixeira, 2013, p. 803).

Sobre a metodologia experimentada no Piollin, Teixeira (2013) também percebeu sua originalidade:

A Escola Piollin definitivamente não era ‘comum’. [...] Lá, não havia administradores burocratas, mas gestores e coordenadores. Não havia professores, havia monitores. Não havia turmas fixas, mas oficinas – mistas em sexo e idade (chegamos a perceber numa mesma ‘turma’ alunos que vão dos 5 aos 15 anos). Nem existiam aulas, pois realizam atividades. Os alunos, na maioria das vezes eram mencionados apenas como, crianças e jovens. E o principal diferencial a nosso ver: não existia um conteúdo programático a ser seguido pois tinham como principal norte o estímulo livre à criatividade (Teixeira, 2013, p. 802-803).

Atores centrais desse campo, educadores, gestores e fundadores do Piollin também não tematizavam a superposição histórica e social do antigo engenho com o Roger contemporâneo, embora sejam os guardiões dos artefatos recolhidos pela pesquisa arqueológica, cujos vestígios estão confiados a eles e depositados num de seus armários.

Talvez o Piollin evite incorrer na perversa “tendência da museografia brasileira” de expor o passado escravocrata do país como uma “fatalidade histórica”, enfatizando o “relevo negativo” de “um espelho que reflete não as referências culturais que vieram com as diversas etnias africanas e a simbiose cultural advinda do processo de construção de uma identidade afro-brasileira” (Lima Filho, 2012, p. 122).

A responsabilidade do Piollin sobre o acervo arqueológico também deve ser aqui matizada, primeiramente pela precariedade da sua condição de gestor desse patrimônio e do espaço do Paul, constantemente denunciada pelos que fazem o Piollin de ontem e de hoje, e como denuncia Lira (2022) após mais de 40 anos da cessão do antigo engenho.

Cabe reforçar que seus fundadores, gestores e educadores movimentam-se profissionalmente num campo muito abrangente, pois além de escola de arte (com ênfase em circo e teatro), o Piollin é uma companhia teatral e um espaço de atividades lúdicas, artísticas e culturais na cidade – como centro cultural voltado à arte-educação, a educação patrimonial não consta do seu escopo pedagógico.

A função de proteger e gerir o antigo Engenho Paul caberia prioritariamente aos órgãos de defesa e proteção do patrimônio cultural no pacto federativo, como Iphan,

Iphaep ou Copac-JP.⁴⁹ Considerando o papel desses organismos e sua indiferença com relação não apenas à origem como também ao destino do Paul, o esquecimento do cotidiano escravocrata daquele lugar produz um “desapossamento dos atores sociais de narrarem a si mesmos”, o que

não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semiativo, semipassivo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer não saber (Ricoeur, 2007, p. 455).

Porém, como lembra Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impo-

49 Órgãos com essa atribuição de âmbito federal, estadual e municipal. A Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac-JP) é um “órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, criado pela Lei 11.459/08, com a finalidade de preservar os bens materiais e imateriais, públicos e privados de interesse histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico da capital paraibana”, como afirma texto em site da Prefeitura Municipal de João Pessoa (disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/copac/>; acesso em: 13 abr. 2024).

tente opõe ao excesso de discursos oficiais” e às formas da memória enquadrada que, mediante um grau aceitável de coerência e aceitabilidade reconstruem a memória coletiva.

Da parte dos educadores e educandos do Piollin, o silenciamento sobre o passado também pode ser produto de traumas coletivos ligados à escravização de pessoas e à ausência de uma escuta sobre o tema, originada de sua invisibilização histórica. O desejo de familiares e antepassados de preservar sua descendência do estigma também deve ser considerado, pois

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de ‘sub-homens’, o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de ‘memória enquadrada’ (Pollak, 1989, p. 14).

Nas pistas desse enquadramento, Ricoeur (2007) nos adverte do perigo da memória patrimonializada, que retira o sentido original da noção de “lugar” (Nora, 1985), reduzindo os “lugares de memória em sítios topográficos dedicados às comemorações” e situando “a ideia de lugares de memória como contemporânea da memória apreendida pela história, e não rebelião em relação à história” (Ricoeur, 2007, p. 414).

Também no antigo Engenho Paul, onde a experiência escravocrata é silenciada, sua monumentalidade e seu valor histórico podem indicar um enquadramento topográfico semelhante ao que Small (2012) observou nos contemporâneos museus de antigas plantations do sul dos Estados Unidos, onde se contrasta a opulência da cultura dominante com o relevo negativo da escravidão:

As visitas principais e a informação distribuída no local são organizadas para destacar a grandeza e a magnificência dos exteriores e interiores dos edifícios da casa principal e a beleza dos jardins; a honra, a decência e a civilidade das elites agrárias brancas; e a natureza de gênero da vida social dessas elites, incluindo espaços físicos e papéis sociais separados para homens e mulheres, meninos e meninas (Small, 2012, p. 95).

No Piollin, a superposição da construção recente de um anexo para a administração, a cozinha, o refeitório e para outras salas sobre a área da antiga senzala pode revelar narrativas de apagamento simbólico da história da escravização, analogamente ao que Small (2012) observou nas *plantations* estadunidenses. Discutindo as “variações na forma como as cabanas são organizadas, tratadas e divulgadas nos diversos locais e entre diferentes regiões” do turismo histórico contemporâneo do sul daquele país, o autor destaca o processo

de “aniquilação simbólica” da escravidão, que ocorre quando as visitas omitem “qualquer menção à escravidão, ou quando as cabanas de pessoas escravizadas são tratadas de forma a se dar pouco ou nenhum relevo à sua importância histórica, ou são representadas de modo condescendente ou ofensivo, e não de uma maneira que a maioria das pessoas considere respeitosa” (Small, 2012, p. 107).

Se no Paul o silenciamento da escravidão processado pela memória enquadrada caminha no sentido da aniquilação simbólica, a história oral do Roger foi um recurso pertinente para fomentar a emergência das vozes contemporâneas daquele lugar de memória:

a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (Pollak, 1989, p. 12).

A aniquilação atestada pela destruição do engenho e pela naturalização desse apagamento físico e simbólico

conduz o Piollin à práxis educadora no mesmo espaço onde pessoas escravizadas foram abrigadas no passado. Porém, sua pedagogia liberta os educandos da memória do enquadramento, manejando ao mesmo tempo seu presente e suas memórias subterrâneas em função dos caminhos possíveis no presente e no futuro.

No entrelaçamento das dimensões patrimoniais materiais e imateriais dessa comunidade marcada pela escravidão e pela opressão como também pela criatividade e liberdade, as 18 referências culturais do Roger inventariadas pela Oficina Pamin revelaram a trama histórica e a potência da memória subterrânea que transportou o Pamin do Piollin ao Engenho Paul, aflorando no Roger de hoje (Chianca; Oliveira; Souza, 2019a).

Longe de constituir caso único, o antigo Engenho Paul nos lembra que “a ausência da proteção de bens que revele a representatividade indígena e africana em terras paraibanas não se justifica pela pouca existência desses bens, mas pela escolha daquilo que se quer lembrar” (Lima, 2012, p. 10).

Espero que essa contribuição enseje um crescente interesse pela história e pela memória da escravidão em sua correlação com o patrimônio cultural de João Pessoa, entretecendo o diálogo entre suas faces materiais e imateriais, sua memória e seu cotidiano criativo.

Referências

A LA URSA Piollin – Oficina Pamin 2016. 2017. Vídeo (16 min). Publicado pelo canal Canal Pamin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WL-m1dkpeMs>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Apresentação. In: CHIANCA, Luciana de Oliveira; OLIVEIRA, Alexandre; SOUZA, Maysa Carvalho de (org.). *Vozes do Roger: um cotidiano de festas e de fé*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019a.

BISPO, Luana Maria Cavalcante. *Relicário urbano: uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa-PB (2003-2015)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.723, de 16 de outubro de 1941. Transfere gratuitamente ao Estado da Paraíba uma área do imóvel da União, denominado “Fazenda Simões Lopes”, situado na cidade de João Pessoa, capital do mesmo Estado, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3723-16-outubro-1941-413878-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cadastro Nacional dos Sítios Históricos*. CNSA PB00104. Nome do sítio: Antigo Engenho Paul. Brasília, DF: Iphan, [2004]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?6478. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação patrimonial: inventários participativos*. Manual de aplicação. Brasília, DF: Iphan, 2016.

CABRAL, Estéfane Dantas. *É samba na avenida: a Unidos do Roger no Carnaval*. Tradição. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CAJU, Náhya *et al.* *Antigo Engenho Paul: a restauração do banguê*. João Pessoa: Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, 2005.

CALDEIRA, Jorge *et al.* *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CANTO, Antônio Carlos de Lima. Intervenções arqueológicas no Antigo Engenho Paul/PB: uma unidade de produção agroindustrial na cidade de João Pessoa. *Patrimônio, Lazer & Turismo*, Santos, v. 12, dez. 2006a. Disponível em: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos39ce.html>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CANTO, Antônio Carlos de Lima. Uma abordagem arqueológica do antigo Engenho Paul, PB. *Revista Museu*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1, 2006b.

CARTA de Nova Olinda. Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Nova

Olinda, CE: [Iphan], 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda_.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

CHIANCA, Luciana de Oliveira *et al.* Educação patrimonial e cultura digital: uma proposta em extensão universitária. *Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária*, Brasília, DF, n. 4, abr. 2014.

CHIANCA, Luciana de Oliveira *et al.* Oficina do Bairro: cotidiano, território e patrimônio. *In:* CHIANCA, Luciana de Oliveira; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. *Veredas do patrimônio: políticas contemporâneas e desafios da experiência*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019b.

CHIANCA, Luciana de Oliveira; MARINS, Jessyca. Bailados indígenas no carnaval: “passado adormecido” ou presente desperto?. *Política & Trabalho*, Recife, n. 49, p. 40-58, jul./dez. 2018.

CHIANCA, Luciana de Oliveira; OLIVEIRA, Alexandre; SOUZA, Maysa Carvalho de (org.). *Vozes do Roger: um cotidiano de festas e de fé*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019a.

CRIS da Piollin. 2008. Vídeo (53 min). Publicado pelo canal Bertrand Lira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jHS9KS-y_n4. Acesso em: 3 jul. 2024.

FERNANDES, Gonçalves. *O folclore mágico do Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In:* ABREU,

Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

LIMA, Maria da Vitoria Barbosa. Lembranças e esquecimentos na construção do patrimônio cultural na Paraíba-Brasil.

In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

LIMA, Maria da Vitoria Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio cultural. *In*: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, DF: ABA, 2012.

LIRA, Buda. Teatro Piollin: um grito parado no ar. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/silvio-osias/teatro-piollin-um-grito-parado-no-ar/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MACEDO, Lívia Alves dos Santos. *Viva o Urso Sem Lenço, Sem Documento!*: brincando de Ala Urso no carnaval de João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MISSÃO de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade (1938). 2012. Vídeo (26 min). Publicado pelo canal Ramssés

Silva Genealogia. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=JEQ0NzpvIpE. Acesso em: 3 jul. 2024.

NASCIMENTO, Mayk Andreele do. Memória, cultura popular e enraizamento: uma análise dos costumes e práticas culturais dos bairros do Roger e Tambiá em João Pessoa – PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1985.

OFICINA do Bairro: o Pamin na Piollin – 2015. 2015. Vídeo (9 min). Publicado pelo canal Canal Pamin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4RXGXFT6JBc>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PARQUE zoobotânico Arruda Câmara. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/parque-zoobotanico-arruda-camara>.

PESSOA, Victor Chacon da Silva. *Bairro do Roger em João Pessoa PB: o lugar e suas práticas culturais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RESGATE da história brasileira em João Pessoa/PB. Brasília, DF: Iphan, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1899/resgate-da-historia-brasileira-em-joao-pessoa-pb>. Acesso em: 3 jul. 2024.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SMALL, Stephen. E o Vento Levou: cabanas de escravos e escravidão no turismo histórico sulista nos Estados Unidos. *In: SANSONE, Livio (org.). Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: Edufba, 2012.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* (coord.). *Topografia social de João Pessoa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

TEIXEIRA, Mariana Marques. Escola Piollin: outro modelo escolar?. *In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (org.). História da educação: real e virtual em debate*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2013.

TEIXEIRA, Mariana Marques. *Olha o público cansado de esperar, o espetáculo não pode parar!:* uma história da Escola Piollin e suas “experiências” educativas (1977-1984). Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.